

# *Cândido de Oliveira, notas para uma biografia política*

*Cândido de Oliveira, notes for a political  
biography*

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_13\\_4](https://doi.org/10.14195/2183-6019_13_4)

## *Resumo:*

Cândido de Oliveira ficou na história como o maior técnico de futebol português dos anos 30 a 50 do século XX. Treinou dois dos maiores clubes de Portugal, o Futebol Clube do Porto e o Sporting Clube de Portugal, e dirigiu durante vários anos a Seleção Nacional. Na sua curta carreira de futebolista, foi capitão nas equipas que representou, o Casa Pia e o Benfica, e ainda da primeira seleção portuguesa, em 1921. Como jornalista desportivo, foi um inovador da crónica e da reportagem, que utilizou para criticar o Estado Novo nas políticas para o desporto. Foi fundador, em 1945, do jornal *A Bola*. O seu estatuto de personalidade do futebol levou a Liga de Clubes em Portugal a atribuir o seu nome à Supertaça.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, neste artigo põe-se em evidência uma faceta pouco conhecida de Cândido de Oliveira, a de antifascista, que o levou a cooperar com a espionagem inglesa para travar uma possível invasão de Portugal pela

Alemanha, na II Guerra Mundial. Detido pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), em 1942, foi torturado e deportado para o Campo de Concentração do Tarrafal, onde permaneceu 18 meses. No regresso foi demitido das elevadas funções que desempenhava nos CTT de Portugal. Este artigo centra-se particularmente na atividade clandestina que precedeu a sua detenção e no período passado nas prisões políticas do Estado Novo.

**Palavras-chave:** Cândido de Oliveira; Estado Novo; PVDE; espionagem inglesa; futebol; jornalismo.

## *Abstract:*

Cândido de Oliveira went down in history as the greatest Portuguese football coach from the 1930s to the 1950s. He coached two of Portugal's biggest clubs, Futebol Clube do Porto and Sporting, and directed the National Team for several years. In his short football career, he was captain of the teams he represented, Casa Pia and Benfica, and also of the first Portuguese national team,

in 1921. As a sports journalist he was an innovator of chronicles and features, which he used to criticize the Estado Novo's sports policy. In 1945 he founded the newspaper *A Bola*. His status as a football personality led Portugal's League of Clubs to name the Portuguese Super Cup after him.

Based on bibliographical research, this article highlights a little-known aspect of Cândido de Oliveira, that of an antifascist, which led him to cooperate with English espionage to avoid a possible invasion of Portugal by Germany in World War II. Detained by the State Surveillance and Defence Police (PVDE) in 1942, he was tortured and deported to Tarrafal Concentration Camp in Cape Verde, where he remained for 18 months. On his return, he was dismissed from the senior duties he performed at the Portuguese postal service (CTT). This article focuses particularly on the clandestine activities that preceded his arrest, and on the periods he spent in the political prisons of the Estado Novo.

**Keywords:** Cândido de Oliveira; Estado Novo; PVDE; English espionage; football; journalism.

<sup>1</sup> Francisco Fontes é mestre em Comunicação Social – Novos *Media* e doutorando em Estudos Contemporâneos na Universidade de Coimbra – Ceis20. É autor de antologias de conto e poesia de escritores caboverdianos. Enquanto jornalista da Lusa-Agência de Notícias de Portugal foi chefe da Delegação Regional do Centro e da Delegação de Cabo Verde.

## Introdução

De Cândido de Oliveira são inúmeras as lacunas e incertezas sobre a sua vida privada, cívica e política. Ao invés, os acontecimentos da sua vida desportiva – de atleta, dirigente e treinador – e de jornalista são profusamente registados em jornais e em obras generalistas sobre a história do futebol, em monografias de associações e em biografias de seus contemporâneos. O seu saliente desempenho nas duas dimensões mais mediáticas da sua vida, a de homem do futebol e a de jornalista, porventura, terão contribuído para o descerrar de uma cortina sobre as suas outras dimensões humanas e até colocando em plano secundário da sua biografia a luta clandestina que travou com o Estado Novo. Esse combate teve como consequência o seu envio para a então colónia de Cabo Verde e o encarceramento no estabelecimento de presos políticos do Tarrafal.

Neste artigo procura-se resgatar e apresentar, de forma menos fragmentária, a sua dimensão biográfica, particularmente a partir de testemunhos e apontamentos registados em obras memorialistas de democratas resistentes,

em estudos sobre o Estado Novo, em obras literárias de cariz histórico e na produção historiográfica sobre futebol. Pretende-se analisar questões relacionadas com a polícia política (PVDE) e a denominada Colónia Penal do Tarrafal (em Cabo Verde), abordando igualmente as relações luso-britânicas e as redes de espionagem em Lisboa, durante a II Guerra Mundial. Lançam-se também olhares sobre *Cândido de Oliveira: Uma biografia* (2000), realizada pelo amigo e colega Homero Serpa, e sobre a obra *Tarrafal – O Pântano da Morte* (1974), redigida pelo próprio Cândido de Oliveira, em estilo jornalístico – como uma espécie de longa reportagem – e publicada postumamente, dedicada a retratar a dura realidade vivida do campo de concentração do Tarrafal.

Este artigo debruça-se especificamente sobre um aspeto da vida de Cândido de Oliveira, o de preso político, em duas perspetivas: as possíveis causas da detenção e as suas consequências punitivas. Analisa-se, assim, o contexto da sua detenção, o seu envolvimento cívico e político que leva a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) a encarcerá-lo,

“para averiguações”, a torturá-lo e a remetê-lo para o degredo sem julgamento nem culpa formada.

As causas em que se envolveu, no futebol e no jornalismo, e os acontecimentos que emergem das zonas de sombra da sua vida, os testemunhos sobre si de seus contemporâneos, revelam traços de personalidade de um homem comprometido com a sociedade do seu tempo. Desde cedo – quando a sua intervenção começa a emergir no espaço público, primeiro como futebolista e iniciado no jornalismo desportivo e, mais adiante, como dirigente, selecionador nacional e cronista de futebol – a que Cândido de Oliveira procura extravasar o âmbito temático daquilo que seria expectável para um cidadão comum, o futebol. Intervir diretamente, falar e escrever sobre futebol, é pretexto para abordar idiossincrasias do Estado Novo e as suas múltiplas formas repressivas exercidas sobre os cidadãos.

Encarava o estado do futebol como resultado da ação dos governantes e essa via era razão para o criticar na sua intervenção pública, mas rejeitava que a “massa desportiva” se pudesse orientar por ditames de natureza

política, como se evidencia num excerto extraído, pelo investigador Francisco Pinheiro, de uma crónica de Cândido de Oliveira no jornal *Os Sports*, de 2 de junho de 1926:

*Em desporto não há política, no sentido restrito do vocábulo. Por isso as convulsões políticas da nossa terra não prendem grandemente a atenção da massa desportiva. Somos assim, os desportistas, uma força organizada e orientada noutro sentido... E felizmente que assim é. No dia em que os desportistas se agruparem ou se distinguirem uns dos outros pelo credo político que professam, ter-se-á perdido o desporto. (apud Pinheiro, 2012, p. 47)*

Na realidade, “[o] Futebol apresentava essa dualidade: tanto podia servir os interesses da política ditatorial como os da política revolucionária” (Pinheiro, 2012, p. 63).

O discurso da imprensa que aludia à separação entre o futebol e a política, no entanto, “esbatia-se quando as vitórias emergiam, sobressaindo com estas o enaltecimento do feito

sob uma perspetiva nacionalista e de unidade nacional (...), de comunhão e glorificação nacional, de enaltecimento do futebol, mas também da raça e da nação” (Rodrigues, 2014, p. 201), como aconteceu com os triunfos da seleção portuguesa de futebol no Torneio Olímpico de Amsterdão, em 1928.

Cândido de Oliveira concebia o desporto como atividade livre, democrática, sem distinções em função das opções políticas de cada um dos atores, premissas que seriam aplicáveis a qualquer outra dimensão da vida social, porque o desporto dela fazia parte.

*Pelo seu papel simbólico e impacto social, a Seleção não fica imune ao ambiente ideológico e aos interesses do poder político (geralmente representado pelo Presidente da República, Óscar Carmona, ou por membros do Governo nos desafios internacionais disputados em território português). (Serrado & Serra, 2015, p. 153)*

Luis Reis Torgal admite que o futebol, tal como o fado e Fátima,

os denominados “três fff do Estado Novo”, tenham “ocupado um lugar significativo na sensibilidade portuguesa, como forma de arrefecimento da vontade, sobretudo da vontade de mudança” (2009, p. 367).

*Quanto ao futebol e ao desporto em geral, foi uma forma de afirmação de vontade, de espírito atlético e de nacionalismo, como se poderá verificar em várias circunstâncias, de que é exemplo sempre presente, noutro quadrante político de contornos mais nítidos, as Olimpíadas de Berlim de 1936, que foram filmadas de forma genial por Leni Riefenstahl, registo que deve ter influenciado os nossos cineastas de regime, de que se destaca António Lopes Ribeiro. (Torgal, 2009, p. 368)*

Já desde as suas origens, em finais do século XIX, que o futebol e a política desenvolviam em Portugal uma relação muito próxima, que se revelaria “de amor ódio”. Rapidamente a classe política se apercebe do “potencial propagandístico e social” do futebol e este conclui que também

precisava das medidas políticas para se poder organizar e desenvolver (Pineiro, 2012, p. 48).

Um marco simbólico desse ‘casamento’ aconteceu em dezembro de 1921 com o jogo inaugural entre as seleções de Portugal e Espanha, sendo a equipa lusa capitaneada pelo então médio do Casa Pia, Cândido de Oliveira. A deslocação teve a autorização documentada do Ministério do Negócios Estrangeiros de Portugal. A partida decorreu em Madrid, e do confronto saiu derrotada a Seleção Nacional de Futebol, por 3-1.

O trabalho desenvolvido neste artigo não deixará de ser uma construção discursiva, lacunosa, com cambiantes subjetivas, embora vá à procura de informações nas linhas e entrelinhas da bibliografia que a Cândido de Oliveira se refere, na de contemporâneos com quem se intercetou e na que historicamente se debruça sobre acontecimentos que marcaram o seu tempo.

Procura-se estabelecer um traço cronológico na vida de Cândido de Oliveira, desde o nascimento até à morte, em obediência a uma coerência narrativa. No entanto, a

*Em desporto não há política, no sentido restrito do vocábulo. Por isso as convulsões políticas da nossa terra não prendem grandemente a atenção da massa desportiva*

atenção focar-se-á na sua ação cívica, realizada a partir de Lisboa no período áureo da II Guerra Mundial, no início dos anos 40, que teve como consequência a sua detenção pela PVDE e a deportação para a Colónia Penal do Tarrafal, na então província ultramarina de Cabo Verde.

Pelo que se evidenciará ao longo deste artigo, as múltiplas facetas de Cândido de Oliveira parecem tê-lo tornado numa figura central da rede de espionagem dos Aliados e elemento de grande importância para a luta antifascista interna. Ele foi o arquiteto das vitais redes de telecomunicações e de tráfego de informações, pelas competências técnicas e conhecimentos pessoais que possuía, por todo o país, enquanto funcionário superior dos Correios, Telégrafos e Telefones. As atividades de jornalista e de técnico de futebol permitiam-lhe uma outra amplitude de movimentos e de contactos sociais, para mobilizar, organizar, disseminar ideias e trocar informações. A história do futebol confirma-o como um líder de grupo, estudioso, estratega incommon e condutor de homens. Os textos jornalísticos e os relatos de amigos

apresentam-no como alguém com dotes de oratória e vincados recursos argumentativos.

Em síntese, o âmbito deste trabalho, em forma de artigo, e o recurso quase exclusivo a fontes bibliográficas, não permitem avançar com uma proposta de biografia, mas apenas de algumas notas salientes sobre a sua vida, particularmente numa faceta pouco conhecida, e que importa estudar e tornar mais visível na sua integralidade, do homem cívico e político e do preso político do Estado Novo. Deste modo, o seu propósito é contribuir para um melhor conhecimento destas dimensões da vida de um homem que chega até nós como personagem histórica, principalmente pelo seu legado de técnico e estudioso do futebol e de jornalista desportivo.

### **O menino casapiano que se torna homem de causas**

Cândido Fernandes Plácido de Oliveira, que ficou para a história como Cândido de Oliveira, nascia na Vila da Fronteira, distrito de Portalegre, a 24 de setembro de 1896, no ano em que se iniciaram, em Atenas,

os Jogos Olímpicos da Era Moderna. Em Portugal as movimentações republicanas procuravam pôr termo à monarquia. Ao mesmo tempo, a coroa empenhava-se em dirimir um conflito territorial com a Inglaterra para salvaguardar os interesses coloniais portugueses na África Austral, que culminou com a celebração do Segundo Tratado de Windsor, a 16 de novembro de 1904, a reafirmar uma aliança diplomática anglo-lusa que remontava a 1386. Nos anos 40 do século XX, no auge da II Guerra, essa amizade anglo-lusa seria invocada em acontecimentos que envolveram Cândido de Oliveira.

Oriundo de uma família de 10 irmãos e órfão de pai, aos nove anos ingressa na Casa Pia, em Lisboa, que vai marcar a sua formação académica, profissional, desportiva e cívica. Na Casa Pia, estuda, forma-se, e prepara-se para o mundo do trabalho. Nos tempos livres, diverte-se com amigos no jogo inglês, que começa a despertar entusiasmo em Portugal. É dos casapianos que se distingue no futebol “após uma formação humana e desportiva excecional” (Coelho & Pinheiro, 2002, p. 182). Começa a

jogar futebol, é recrutado pelo Sport Lisboa e Benfica, funda o Casa Pia Atlético Clube, estreia-se na seleção nacional em 1921. Cedo abandona a prática do futebol por razões físicas.

Como selecionador nacional, começa a trabalhar em 1926 e, dois anos depois, leva a seleção aos Jogos Olímpicos de Amsterdão, onde claudica apenas nos quartos de final da prova, depois de eliminar equipas nacionais com um futebol mais evoluído. Em clubes, a carreira de treinador inicia-se oficialmente no Clube de Futebol Os Belenenses, em 1936.

Como jornalista, depois de experimentações em publicações da Casa Pia, inicia-se no jornal *Vitória*, funda em 1920 com outros casapianos a revista *Football*, passa pela *Gazeta Desportiva*, *O Atlético*, foi diretor de *Os Sports*, escreve para o *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *O Século*. Em 1942 dirige a revista *Stadium*, alegadamente financiada pelos serviços secretos ingleses, para servir de veículo de propaganda contra o Estado Novo (Araújo, 2010, p. 178; Barreiros, 2012, p. 159). Já depois do regresso do Tarrafal, ajuda a fundar o jornal *A Bola*, em 1945.

### **Espião dos serviços secretos britânicos**

Inspetor dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), com o cargo de Chefe de Serviço de Exploração de 1ª Classe, em Lisboa Cândido de Oliveira tinha uma ocupação, conhecimentos técnicos e uma rede de contactos que o tornavam um elemento-chave para quem, nos anos 40, se dedicava a recolher informações relevantes que pudessem influenciar o rumo da II Guerra Mundial. Por essa altura, a posição neutral de Portugal transformava Lisboa num epicentro de redes de espionagem para os Aliados e os países do Eixo. Portugal possuía também algo vital para a indústria da guerra: importantes jazidas de minério de volfrâmio.

As atividades de ‘homem do futebol’ e de jornalista permitiam a Cândido de Oliveira uma grande amplitude de circulação na capital do país e para o exterior, sem levantar suspeitas. As suas posições destemidas contra a política do Estado Novo para o futebol nas páginas dos jornais, em prol do seu desenvolvimento, eram publicamente conhecidas. O seu perfil de liderança (Coelho & Pinheiro,

2002, p. 198) era também notório e evidenciou-se em todos os estádios da carreira desportiva. Foi capitão dos clubes por onde passou, no Casa Pia, no Benfica, e na própria seleção nacional. Os méritos de condutor de homens, no futebol, como treinador de clubes e selecionador nacional, estavam também confirmados, ao alcançar com a seleção olímpica de 1928 um feito histórico até então, atingindo os quartos de final do torneio.

Nos interrogatórios da PVDE, a 25 de março de 1942, Cândido de Oliveira confessou ter sido convidado, em agosto ou setembro de 1940, na embaixada britânica e pelo francês Eugène Colson, representante do General De Gaulle, para colaborar com uma “organização inglesa destinada a opor-se a uma invasão alemã em Portugal, que por essa data se encontrava muito próxima” (Pimentel, 2014, p. 187).

O final de 1939 e inícios de 1940 registam uma grande ofensiva das forças do III Reich. A Polónia é invadida a 1 setembro de 1939. Nos meses de abril e maio de 1940, ocupam a Dinamarca, Noruega, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e França. A 3

de setembro de 1939, a França e o Reino Unido declaram guerra ao III Reich. O rumo da guerra não deixa de se fazer sentir em Portugal.

*Entre o início do conflito (setembro de 1939) e a capitulação da França (junho de 1940), o mercado nacional de tungsténio era hegemonizado pelos Aliados. Tratava-se de uma consequência da tradicional divisão de esferas de influência no «Velho Continente»; da capacidade de bloqueio das vias terrestres, marítimas e aéreas de ligação entre Portugal e a Alemanha; do acordo accionário ou da posse das principais sociedades mineiras por britânicos e franceses. (Nunes, 2010, p. 263)*

A partir de 1940 – acrescenta o mesmo autor – assistiu-se a uma “alteração radical dos equilíbrios de forças”, em virtude de a Alemanha já poder transportar o minério e outros bens adquiridos em Portugal, “através da Espanha franquista e da França ocupada ou ‘colaboracionista’”. Igualmente reforçam-se os investimentos germânicos em empresas portuguesas,

nomeadamente em concessionárias de minas e em sociedades de comércio internacional.

O controlo da exploração e comercialização do volfrâmio português e espanhol “tornou-se num objectivo prioritário da guerra económica” (Nunes, 2010, p. 263), entre Aliados e forças do Eixo, e “implicava o envolvimento de cidadãos ou empresas nacionais e estrangeiros, organismos públicos lusos e representações diplomáticas de outros países, serviços secretos e de propaganda” (Nunes, 2010, p. 264). Por conseguinte, é admissível pensar-se que o financiamento das atividades de espionagem de Cândido de Oliveira e de seus colaboradores fosse suportado pelos serviços secretos britânicos, como está documentado, mas também por empresas envolvidas nessa “guerra económica”.

Nesse ambiente, as forças que se digladiavam na guerra procuram reforçar as suas redes de agentes de espionagem. Irene Flunser Pimentel (2014, p. 17) afirma que o “dinheiro parece ter contado mais no facto de os portugueses estarem ao serviço das redes estrangeiras, do que a ideologia

e a opção política por um dos lados”. No entanto, admite que as convicções estiveram presentes no envolvimento de elementos oposicionistas ao regime de Salazar, “desde reviralhistas a comunistas”, na rede britânica *Shell*, da qual fez parte Cândido de Oliveira. O historiador António José Telo realça que o recrutamento era facilitado “pelos brandos costumes e baixos salários dos portugueses” (1990, p. 86).

Após a invasão da França, em junho de 1940, a representação diplomática britânica em Lisboa é reforçada e passa a assumir-se como “o principal centro de espionagem inglesa na Europa do Sul” (Pimentel, 2014, p. 92). O *Special Operations Executive* (SOE) envia para Portugal o Major John Beevor para coordenar as atividades de espionagem, em articulação com o MI9, aparecendo publicamente como conselheiro militar da Embaixada em Lisboa.

Com a ocupação da França crescem os rumores de uma possível entrada das forças alemãs em Espanha – que, entretanto, mudara o seu estatuto de neutralidade para a de não beligerante – e, de seguida,

em Portugal. A Inglaterra procura alimentar essa tese. A 29 de outubro de 1940, o embaixador português no Reino Unido, Armindo Monteiro, “alerta para a necessidade de Salazar entrar em negociações urgentes com Inglaterra sobre as medidas de prevenção a tomar face à eventualidade da ocupação alemã” (Barros, 1991, p. 57). Contudo, as negociações militares só começam em fevereiro de 1941, a indiciar o pouco interesse de Salazar no assunto.

Os militares ingleses “sabem de antemão que não têm condições para ajudar na defesa do continente português, mas, apesar disso, discutem as ajudas que prestarão, circunscrevendo-as à região de Lisboa”. As negociações, para os britânicos, “destinar-se-iam, antes de mais, a sondar quais as hipóteses futuras de obter concessões nas ilhas atlânticas”, particularmente nos Açores (Barros, 1991, p. 57).

Os britânicos propõem igualmente a elaboração de um plano de destruições e sabotagens, em infraestruturas estratégicas de Portugal, a desencadear desde o início da invasão alemã ou hispano-germânica,

e a transferência do Governo para os Açores. Paralelamente, o SOI, que vai estruturando quatro redes para abarcar todo o território português, cria um plano de sabotagens e destruições (pontes, estradas, fábricas, depósitos de combustíveis, quartéis, telefones, etc.) e uma rede de comunicações e de casas de apoio à resistência civil. Cândido de Oliveira é o responsável por uma dessas quatro redes, a PAX. A designação ‘Shell’ (‘caso Shell’; ‘Rede Shell’) ficou a dever-se ao facto de nas quatro redes figurarem muitos funcionários da empresa britânica.

*A primeira referência do SOE às atividades de Cândido de Oliveira foi uma nota de 12 de janeiro de 1942, segundo a qual este se incumbia de arranjar caixas postais em Lisboa através de canais oficiais. Por outro lado, era ele o responsável pela organização PAX, criada no ano anterior pelo SOE para recolher informações e executar operações de sabotagem em Portugal, bem como ações de propaganda “negra” nos países ocupados. (Pimentel, 2014, p. 186)*

No entanto, José António Barreiros (2012, p. 66) revela que, a 23 de abril de 1941, John Beevor comunicaria para Londres a seguinte mensagem: “um novo amigo, Pax, tem sido muito útil e poderá arranjar um sistema definitivo de comunicações através de morse em vários centros da instituição na qual trabalha”. Acrescenta ainda o investigador que, em setembro de 1941, uma comunicação dava conta de que “os grupos de estádios estavam a ser formados gradualmente” (Barreiros, 2012, p. 70). Cândido de Oliveira estava a criar “uma teia de relações nos clubes desportivos”, nomeadamente no Benfica, Sporting, ‘Alcântara’, Clube Naval, Algés, Porto, Casa Pia e Carcavelos. Igualmente, organizou uma rede junto dos caminhos de ferro, uma outra, de telegrafistas e, outra ainda, junto dos correios e companhia de telefones, “que poderia funcionar como uma central de comunicações e de obtenção de informação, desvio de correspondência e interceptação de chamadas telefónicas” (Barreiros, 2012, p. 71).

As negociações militares tendentes a elaborar um plano de contenção

a uma eventual invasão germânica a Portugal arrastam-se. Britânicos e Salazar não se entendem, pretendendo este apenas uma destruição de infraestruturas estratégicas reduzida ao mínimo essencial. Não acreditava que Franco entrasse na guerra.

Beneficiando de algum apoio britânico e dos EUA, a URSS consegue travar o avanço das forças do Eixo. A evolução do conflito torna vital para a Alemanha o volfrâmio português e outros produtos, e Salazar é-lhe sensível. A Inglaterra reage e aperta o bloqueio económico. Em outubro de 1941, “um novo contencioso surge entre Salazar e a Grã-Bretanha: a questão do volfrâmio” (Barros, 1991, p. 58).

*O facto é que, quando no início da guerra, em 1940 e 1941, as vantagens de ocupar Portugal pareciam aos estrategos hitlerianos superiores às desvantagens (...), a neutralidade portuguesa esteve seriamente ameaçada (...). Só circunstâncias contingentes no primeiro semestre de 1941 – necessidade de as divisões alemãs acorrerem aos Balcãs e depois*



*o ataque à URSS – levaram à não realização da operação e à manutenção de Portugal fora do conflito. A sorte foi, também, uma importante componente do “saber durar” salazarista.* (Rosas, 1994, p. 322)

A ‘guerra’ das redes de espionagem e contra-espionagem, em Portugal, acentua-se. Os serviços secretos alemães denunciavam, “pela via da *Seguridad* espanhola”, a ‘rede *Shell*’, à PVDE e ao Governo. O seu desmantelamento começa em finais de 1941 e prolonga-se pelo início do ano seguinte (Pimentel, 2014, p. 18). Cândido de Oliveira é detido, “para averiguações”, na madrugada do dia 1 de março de 1942. Um relatório do SOE do dia 24 do mesmo mês informa que no “espaço de escassas semanas, a Polícia prende “mais de 500” portugueses e estrangeiros associados à espionagem britânica e à Oposição (incluindo elementos do PCP)” (Araújo, 2010, p. 216).

Cândido de Oliveira começa por resistir a dar informações, e é agredido com um banco, que lhe parte o maxilar superior e os dentes e lhe

racha um lábio e a cabeça. Perante o confronto com revelações de outros detidos, acaba por admitir a participação em atividades de espionagem, destinadas a defender Portugal se o território fosse invadido por tropas alemãs. Confessa ainda a participação na disseminação de propaganda e na organização de uma linha de comunicações com agentes em várias localidades, bem como na de uma outra na costa, via rádio, para comunicar com aviões e navios britânicos.

Através de um guarda, consegue fazer chegar ao SOE a informação da sua detenção e espancamentos, que a PVDE nega em resposta à reação diplomática inglesa (Pimentel, 2014, p. 188). Homero Serpa (2000, p. 116) conta que nos meses de prisão, antes de ser desterrado, eram as fraldas da sobrinha Maria Cândida Porto que escondiam os bilhetes informativos de e para Cândido, quando a irmã o podia visitar.

Durante esse período, Cândido de Oliveira chegou a enviar uma mensagem a John Beevor (identificado como ‘Carlos’ e ‘Caracol’) a pedir a concordância a uma evasão que executaria com a ajuda de um

*Impedido de  
continuar a  
atividade de  
cronista e jornalista  
desportivo,  
Cândido de  
Oliveira torna-se,  
no Tarrafal, em  
repórter de prisão*

guarda (Araújo, 2010, p. 240). Por essa altura, o SOE propõe ao *Foreign Office* a organização de uma fuga com suborno de guardas (Pimentel, 2014, p. 199). A proposta não é atendida dado o momento delicado das relações luso-britânicas, na sequência da descoberta da rede de espionagem (Araújo, 2010, p. 275).

Envia também mensagens a relatar a natureza dos interrogatórios que lhe são feitos, num deles conta que durou “desde as 15 às 5 horas da manhã” (Araújo, 2010, p. 233). Numa outra, dá à irmã Maria um conjunto de instruções codificadas, a indiciar o forte envolvimento familiar na rede de espionagem, e destina uma parte dela para fazer um relatório a ‘C[aracol]’ (John Beevor) sobre o que a PVDE conseguiu apurar de outros detidos sobre o funcionamento da rede (Araújo, 2010, pp. 241-242). Mais tarde consegue reproduzir o Processo 90/42 da PVDE, de que é alvo, e envia-o para o responsável do SOE, acrescentando-lhe as suas conclusões sobre os factos aí relatados (Araújo, 2010, pp. 268-275).

Através de interrogatórios aos detidos, a PDVE teve conhecimento

de que Cândido de Oliveira, com os nomes de código de ‘Pax’ e ‘Menezes’, fornecia por carta informações, que eram entregues no Clube Inglês de Lisboa, sobre os movimentos de mercadorias enviadas para a Alemanha e Espanha. Por essa via indicava também a localização de estações TSF clandestinas do inimigo e lugares onde pudessem ser lançados panfletos de propaganda pró-Aliados (Pimentel, 2014, p. 186).

Perante o rumo dos acontecimentos, a 1 de abril de 1942, os britânicos contra-atacam. O embaixador em Lisboa, Ronald Campbell, faz entrega a Salazar de um documento sobre a ação clandestina germânica em Portugal: as atividades de espionagem, de sabotagem, comerciais ilícitas e sobre a sua influência na PVDE. Seis dias depois, o *Foreign Office* convoca o embaixador Armindo Monteiro, para o mesmo assunto (Araújo, 2010, pp. 243-254).

A 5 de maio de 1942, Cândido de Oliveira escreve uma carta ao ministro do Interior, Mário Paes de Sousa, a explicar a razão do seu envolvimento na espionagem, afirmando que não visava trair, mas defender a pátria, caso fosse invadida. Refere

que a tortura da PVDE sobre si terá partido da presunção errónea de ele ser “Comunista, um traidor que queria derrubar o governo”. Sublinha o respeito pela lei e que a sua ação se regeu “pelo único interesse” do seu coração: Portugal. Nessa data, envia uma outra carta a Beevor, na qual insere uma espécie de guia explicativo para cada uma das passagens da missiva ao ministro, precavendo outros desenvolvimentos políticos (Araújo, 2010, pp. 264-268).

Porventura, já sabendo que John Beevor foi compelido a abandonar Portugal, a 18 de junho de 1942, envia-lhe uma mensagem que é uma espécie de acerto de contas, sobre a sua lealdade e de natureza financeira. Põe-lhe em relevo a estratégia por si adotada para não fornecer informações à PVDE, recorda-lhe dívidas existentes na revista *Stadium*, pede ajuda financeira para a família de um detido, agradece o prometido auxílio à sua própria família, alerta para o perigo de recrutarem um agente, por ter um filho “da Gestapo”, e revela que parte para Cabo Verde com uma provisão de 5.000 escudos (Araújo, 2010, p. 278).

Dois dias depois, Cândido de Oliveira é embarcado para Cabo Verde, no navio Mouzinho de Albuquerque.

### **Cândido de Oliveira e o Campo de Concentração do Tarrafal a partir de memórias e da historiografia**

Urina-se sangue? Sangue desso-  
rado, liquefeito, de tom de café?  
– É a biliosa!

A vítima, entre surpreso e atur-  
dido, dá o alarme em tom com-  
pungido de desalento. «Stou com  
uma biliosa!»

Os camaradas socorrem-no. Pe-  
gam-lhe ao colo. Levam-no car-  
rinhosamente para a cama. E  
começa a luta.

Daí a pouco, quando ele passa,  
deitado no catre, levado pelos ca-  
maradas de prisão, a caminho da  
enfermaria, um calafrio trespassa  
o acampamento (...)

É brutal!

Algumas horas antes do fim, a  
lucidez perde-se gradualmente.  
O doente entra em coma. Já não  
vê, nem fala. O corpo agita-se

vagamente no catre. Há um delí-  
rio agitado e mudo. As mãos tré-  
mulas movem-se no ar, tacteando  
o rosto, a esboçar um aceno ou  
um afago. Talvez a ideia esfuma-  
da, já longínqua, de um rosto de  
criança ou de mulher – do filho,  
da companheira ou da mãe – a  
seguir-lo até ao fim daquele fim  
trágico e brutal...

Depois, a pálida chama da vida  
apaga-se... É a morte. Cum-  
priu-se a sentença imposta pela  
Ditadura; pelo governo cristão  
e organicamente democrático do  
Dr. Salazar! (Oliveira, 1974, pp.  
100-105)

A denominada Colónia Penal do  
Tarrafal, em estudo desde 1933, foi  
criada pelo Decreto 26:539, de 23 de  
abril de 1936. É inaugurada na “con-  
juntura radicalizada” de repressão da  
PVDE, no âmbito da Guerra Civil de  
Espanha, para suprir problemas de  
sobrelotação dos estabelecimentos  
prisionais (Ribeiro, 1995, p. 242).  
Dava resposta, ainda, a um “funda-  
mento de matriz filosófico-jurídica”,  
de que os presos políticos “mereciam  
um tratamento especial atendendo

ao móbil que impulsionou o crime”  
(Barros, 2009, p. 94).

Na perspetiva do regime, vertida  
no preâmbulo do diploma, o local  
escolhido, na Achada Grande de Chão  
Bom, reunia as “condições necessá-  
rias” para concretizar os objetivos  
repressivos, “tanto na imposição real  
e simbólica de uma força correctiva,  
como também na submissão do des-  
terrado a uma realidade prisional pas-  
sível de tornar a sua existência numa  
ádua tarefa” (Barros, 2009, p. 90).

Na obra *Tarrafal – O Pântano da Morte* (1974, p. 19), o próprio Cândido de Oliveira refere que aquilo que o Estado Novo classificava como o local com as “condições necessárias” era, quanto ao clima, “o pior ponto do arquipélago”. Não dispunha de água potável, nem de comunicações para o exterior, nem de linhas de navegação e, em termos agrícolas, “nada ali se produz a não ser milho – e quando chove”.

A instalação do Campo num ter-  
ritório insular (Barros, 2009, p. 92)  
dissuadia ideias de evasão e o distan-  
ciamento de núcleos populacionais  
afastava perigos de “contaminação  
da população livre”.

*A verdadeira intenção era criar um Campo de Concentração, como fora resolvido fazer após a revolução antifascista de 1931, que ficou conhecida pela revolta da Madeira. (...) Convinha, porém, ao Governo, dissimular o seu verdadeiro pensamento, receando a natural reacção da opinião pública portuguesa e estrangeira se fosse divulgada (...) a criação de um Campo de Concentração para internamento dos inimigos mais temidos de Salazar. Resolveu-se, por isso, camuflar o Campo de Concentração, apelidando-o de Colónia Penal. (Oliveira, 1974, p. 18)*

A primeira leva de presos, da ordem da centena e meia, aporta à baía do Tarrafal, no cargueiro de transporte de gado *Luanda*, na tarde de 29 de outubro de 1936. O contingente incluía os considerados “mais perigosos” de prisões do Continente e do Forte de S. João Baptista (Angra do Heroísmo, Açores) (Farinha, 2007, pp. 229-230). Entre eles, Mário Castelhana, o líder anarquista da denominada ‘Revolta das Ilhas’, os

ativistas comunistas Bento Gonçalves e Gabriel Pedro e o filho deste, Edmundo Pedro, então com 17 anos.

Nessa altura, nas palavras de Edmundo Pedro (2007, p. 371), a prisão era um conjunto de 14 tendas de lona branca “alinhas em duas filas, num acampamento com cerca de 250 metros de comprimento por 200 metros de largura”. Delimitavam-no estacas de ferro de dois metros e meio de altura, “que serviam de suporte a um emaranhado de arame farpado com a mesma altura e um metro e meio de largura”. Um ano e meio depois, estavam erguidas as instalações permanentes, que atualmente acolhem um museu em memória dessas vítimas do Estado Novo.

Conta Edmundo Pedro:

*O radical isolamento em relação ao mundo exterior em que fomos colocados permitia aos responsáveis pelo funcionamento daquele presídio especial levar a cabo o seu projecto de desgaste físico e moral de uma parte significativa dos prisioneiros – conduzindo, no limite, à morte de alguns – longe da pressão da opinião pública*

*nacional e internacional, por pouco que esta pesasse. E, também, sem a incómoda interferência das famílias. (Pedro, 2007, p. 374)*

A denominada Colónia Penal do Tarrafal é extinta em 1956. Reabre em 1961 e funciona, até 1974, sob a designação de Campo de Trabalho de Chão Bom, para encarcerar cidadãos angolanos, cabo-verdianos e guineenses que lutavam pela independência das ex-colónias portuguesas.

*[A] nova designação representava, simplesmente, uma questão semântica, sem, no entanto, diferenciar a lógica pragmática da sua utilização enquanto dispositivo de controlo e de repressão: estamos assim perante uma espécie de transmutação terminológica e de reactualização material da extinta colónia penal através da representação de um jogo conceptual e de uma prática discursiva que se queria apresentar como nova, e que oficialmente se impôs entre 1961 e 1974. (Barros, 2009, p. 108)*

Cândido de Oliveira embarca de Lisboa para a Colónia Penal do Tarrafal a 20 de junho de 1942, na sequência de uma detenção “para averiguações” a 1 de março desse ano, e depois de permanecer – conforme relata a sua biografia prisional na PVDE – ‘recolhido’ no Depósito de Presos de Caxias (1984, p. 180).

Integra a “17ª leva” de opositores ao regime do Estado Novo transferidos para o Tarrafal. Por “decisão da polícia” (Sousa, 1978, p. 240) Cândido de Oliveira fica alojado numa tenda no exterior do campo de concentração, num setor onde se encontravam mais oito presos considerados de “republicanos” (Oliveira, 1987, p. 201). Estes partilhavam uma barraca “que se compunha daqueles que diziam repudiar as ideias comunistas” (Vários, 2016, p. 167).

*Por 1942, chegou nova leva de democratas. Entre eles, Cândido de Oliveira, jornalista de grande mérito, considerado o maior técnico português de futebol, homem de ideias progressistas, firme e generoso (...). Com exceção de*

*Ferreira da Costa, todos foram alojados fora do Campo por ordem da Polícia, que não estava interessada no seu contacto conosco. E ainda bem, pois os nossos processos para furar o isolamento melhoraram muito com o auxílio de Cândido de Oliveira. (Sousa, 1978, p. 240)*

Beneficiando de maior liberdade de ação do que a generalidade dos presos no Tarrafal, Cândido de Oliveira torna-se num aliado importante na comunicação entre o exterior e o interior do campo de concentração, levando informações do que se passava no mundo e fazendo-se também mensageiro para o exterior através de contactos com oposicionistas caboverdianos.

Gilberto de Oliveira (1987, p. 201) refere que, durante o ano e meio que Cândido aí esteve detido, “foi um insuperável e inesquecível agente de ligação entre o isolamento do arame farpado e o exterior, em particular com as organizações antifascistas da metrópole”.

Recorda um seu antigo companheiro e sobrevivente ao Tarrafal:

*Cândido de Oliveira, que, por deteção [sic] da Polícia, ficou numa barraca fora do Campo, com outros democratas, foi um ponto-chave na transmissão de notícias. Todos os dias nos preparava minúsculos comunicados de guerra que mantinham o Campo ao corrente do que se passava nas frentes de batalha, Cândido de Oliveira e outros democratas estavam numa situação favorável para esta missão. Facilmente comunicavam com a população cabo-verdiana e não tinham qualquer dificuldade em saber o que se dizia nos noticiários da rádio. O problema era transmitir-nos todas estas informações. (Sousa, 1978, p. 259)*

A passagem de informações era arriscada, exigia dos presos processos habilidosos e criativos para iludir a vigilância dos guardas.

Prosseguindo a narrativa, explica:

*Comunicávamos com uma letra minúscula, em papel muito bem enrolado. Os “envelopes” eram variados. Servíamo-nos, por exemplo, de um velho pedaço de*

*madeira, antes preparado na oficina de carpintaria, oco, habilmente tapado. Em caso de emergência podíamos deixá-lo cair sem que se suspeitasse do seu conteúdo. Também usávamos um livro de mortilhas. As notícias iam escritas nas folhas intermédias e seguiam no bolso juntamente com a onça de tabaco. A manobra consistia em se sair do Campo com um livro de mortilhas e voltar com outro e... notícias. Servia também um cigarro esvaziado de tabaco no meio para dar lugar ao pequeno rolo de papel com o noticiário.* (Sousa, 1978, pp. 259-260)

Impedido de continuar a atividade de cronista e jornalista desportivo, Cândido de Oliveira torna-se, no Tarrafal, em repórter de prisão, contribuindo para manter vivas as utopias daqueles opositoristas a Salazar e ao Estado Novo. Coloca a sua condição de privilegiado do infortúnio ao serviço dos companheiros mais desafortunadas.

Pelo seu prestígio e influência conseguiu que fossem criados campos de futebol no interior do Campo e, no

exterior, para a população. “[F]ormou e treinou a selecção portuguesa de futebol do Campo de Concentração do Tarrafal” (Sousa, 2019, p. 165)<sup>1</sup>, mas nunca conseguiu que jogasse com cabo-verdianos.

Os presos estão organizados no Campo por ‘famílias’ político-ideológicas, com os seus dirigentes e, sempre que um novo detido se apresenta, é oportunidade para partilhar informação sobre o mundo exterior, e de lhe dar a conhecer as dinâmicas de sobrevivência quotidiana.

Cândido de Oliveira chega com uma aura de prestígio social, evidenciado em relatos memorialistas sobre a vida no Tarrafal, e é possível que tenha recolhido algumas simpatias entre a direção do presídio, por ser quem era, pela sua inteligência, cultura e modos corteses. Homero Serpa (2000, p. 134) conta que Cândido de Oliveira tinha boas relações com o então diretor do Campo, Olegário Antunes, ao ponto de frequentar a sua casa.

<sup>1</sup> O autor chama-lhe seleção portuguesa, mas trata-se apenas de uma equipa de presos. Devido à guerra, os jogos internacionais estavam suspensos.

*Naqueles anos de guerra, o número dos que ali se encontravam no Campo chegou a ir além de duzentos e quarenta. Mais de metade eram comunistas ou simpatizantes. A seguir vinham os anarquistas. Muito menos numerosos eram aqueles a quem chamávamos republicanos. Profissionalmente, quase todos éramos operários. Os intelectuais eram bem poucos. A média das idades oscilava entre os vinte e cinco e os trinta anos.* (Sousa, 1978, pp. 239-240)

O anarquista António Gato Pinto, encarcerado no Tarrafal durante 13 anos, em manuscritos sobre o quotidiano na prisão, relata a chegada de Cândido de Oliveira, a 30 de junho de 1942, a sua instalação numa tenda fora do Campo e refere que nessa altura “paga alguns mosquiteiros” (1942-1943, p. 2).

No mesmo documento (p. 1), depositado na Fundação Mário Soares, escreve que, a 25 de dezembro de 1942, os presos que se encontram alojados fora do Campo assistem a um espetáculo, junto com guardas e membros da direção.

Gato Pinto, num outro manuscrito<sup>2</sup>, alude ao “regime especial” e à “situação privilegiada”, pelo seu “estatuto social”, daqueles que se encontravam fora do Campo, na tenda dos ‘republicanos’, entre eles Cândido de Oliveira, cidadãos com o título de ‘Dr.’ e alguns oficiais militares de patente.

*Todos estes presos [‘republicanos’] estavam em situação especial, tinham ordem para passarem [sic] dentro de determinada área sem serem acompanhados pelos guardas e irem até à praia e até à horta. Não trabalhavam. Tinham o dinheiro em seu poder e as malas e comiam da mece [sic] dos guardas. (Pinto, 1939-1947, p. 13)*

Os detidos no regime geral eram despossados do dinheiro que recebiam das famílias, cujo valor era convertido em ‘Cédulas’, uns títulos

<sup>2</sup> Cf. (Casa Comum, projeto da Fundação Mário Soares e Maria Barroso que disponibiliza documentos aí custodiados e documentação existente em outros arquivos, organizações e instituições parceiras) 5 de março de 1939 a 10 de abril de 1947, p. 13 de Cronologia de acontecimentos decorridos na Colónia Penal do Tarrafal, Pinto, António Gato, Fundação Mário Soares.

de valor emitidos pelo diretor, que lhes permitia apenas comprar bens no interior do Campo. Fora dele estavam proibidos de comprar. O Campo era “tão cerrado às influências do exterior que até criaria um papel circulante próprio!” (Pedro, 2007, p. 387).

Edmundo Pedro conta que o então diretor Manuel dos Reis “converteu-se, de um dia para o outro, num solícito e untoso merceeiro”, abrindo ao lado da cozinha do Campo a sua própria mercearia, que “fazia lembrar as antigas mercearias de aldeia. (...) E era vê-lo, atrás do balcão, com um polícia ao seu lado – que nomeou, à custa do orçamento do presídio, seu funcionário pessoal! – a exaltar, como qualquer vulgar feirante, a excelência dos artigos” (2007, p. 389).

*Os artigos ali expostos para venda iam desde peças de roupa, cadernos escolares, papel de carta, lápis, tabaco e artigos alimentícios de primeira necessidade, tais como chouriço, manteiga, chocolates e molhos engarrafados de várias naturezas. O Manuel dos Reis conhecia os produtos que, durante algum tempo, nos autorizou*

*a comprar no comércio local. O rol de compras passava pela sua mão. (Pedro, 2007, p. 389)*

António Gato Pinto, numa outra passagem do mesmo escrito (1939-1947, p. 13), relata que o médico de Coimbra António Ferreira da Costa, da mesma leva de prisioneiros de Cândido de Oliveira, tinha recusado “qualquer regalia que lhe quisessem conceder em atenção à sua condição social”. Por querer estar sujeito ao regime geral da Colónia, o clínico ficou com os outros dentro do arame farpado, e trabalhava como servente de pedreiro. Conta ainda que um dia, perante a ameaça do diretor “de ir à força, teve de passar para a barraca dos privilegiados”. O médico só conseguiu regressar para junto dos outros companheiros quando chegou o novo diretor, o Capitão Filipe do Nascimento Barros.

A situação de privilegiado no Campo de Concentração do Tarrafal é assumida pelo próprio Cândido de Oliveira numa carta enviada à irmã Maria, a 28 de julho de 1942, encontrada nos arquivos secretos ingleses pelo investigador Rui Araújo (2010, p. 280).

*[E]u continuo com tão óptima disposição e excelente saúde, que nada admira que obtenha uns cem quilos. Ao menos, algo ganho e, quando voltar, estarei mesmo a pedir uma entrada para a troupe dos lutadores do Coliseu!... (...) [E]u tenho toda a liberdade de receber toda a correspondência, salvo a que se refere à guerra ou à política. (...) [S]e não fosse as saudades que tenho de todos e de tudo que por aí ficou, creio que estaria contente. (Araújo, 2010, p. 280)*

Pese embora o relativismo que se possa atribuir à epístola, cuja intenção seria tranquilizar a família e minimizar o sofrimento no presídio, numa outra passagem evidencia a liberdade de movimentos de que beneficiava, ao aludir à troca de telegramas com o irmão Manuel para saber do estado de saúde de outro familiar.

Cândido de Oliveira é libertado no dia 27 de maio de 1944 e, semanas depois, quando já se encontrava a viver com um irmão na Figueira da Foz, envia um extenso relatório para

o SOE sobre espionagem. Nele refere que o regime especial de que usufruía no Tarrafal, supostamente idêntico ao dos restantes ‘republicanos’, pois utiliza sempre a terceira pessoa do plural na narração, não obrigava a trabalhos forçados e que só eram “fechados das 20 às 5 horas”. Acrescenta ainda que, “[m]ercê deste regime”, foi possível “montar uma line [sic.] depois de ali ter chegado, para comunicar com Lisboa e com Carlos” (Araújo, 2010, p. 298).

Edmundo Pedro é outro dos anti-gos presos políticos que destaca, no seu livro de memórias, o papel-chave de Cândido de Oliveira na criação dessa rede de informação. Enaltece-lhe ainda a postura humanista e solidária. Recorda que foi ele que intercedeu para porem termo à tortura da sede, decretada pelo diretor, em maio de 1943, após uma fuga falhada, dele, de seu pai, Gabriel Pedro, e de mais três companheiros. Apanhados, foram encarcerados na cela de isolamento, denominada ‘frigideira’, um exíguo bloco de betão armado sem aberturas, que atingia elevadas temperaturas no seu interior. Aí estiveram três dias e três noites privados de água.

*O homem que teve uma influência determinante na suspensão daquele incrível castigo foi o grande jornalista desportivo (...) Cândido de Oliveira. Seguiu de perto a vida interna do campo. Estava solidário connosco (...). Acompanhou, desde o início, a nossa tragédia. Soube, não sei como, que estávamos privados de água. Ao fim do terceiro dia resolveu interpelar o comandante da companhia de segurança sobre o que nos estava a acontecer. (Pedro, 2007, p. 505)*

A guerra estava a mudar, os Aliados começavam a infligir derrotas às forças do Eixo, e esse ambiente estava a contribuir para uma menor severidade nos castigos infligidos aos presos. “Foi nesse contexto que Cândido de Oliveira tomou a iniciativa de abordar o comandante da companhia de segurança”, recorda Edmundo Pedro (2007, pp. 506-507). Mesmo assim, a ‘clemência’ não impediu que ele e o pai passassem 70 dias seguidos nesse ‘forno’, que “nalguns dias chegaria perto dos 50 graus”. O companheiro de fuga, Nascimento Gomes, pouco tempo resistiria, depois dos espancamentos e



da ‘frigideira’. Os outros saíram para a enfermaria, débeis e tuberculosos.

No entanto, os participantes na fuga frustrada tiveram um “pior castigo” (Pedro, 2007, p. 513), por parte dos seus camaradas opositores ao Estado Novo. Como a evasão não fora aprovada pela cúpula do PCP no Tarrafal, uns foram punidos com a exclusão por anos, outros, mesmo, expulsos do partido. No entanto, os camaradas do PCP elogiaram-lhes o “comportamento heroico perante o inimigo” (Pedro, 2007, p. 513).

Cândido de Oliveira deixa o Tarrafal, em dezembro de 1943. Edmundo Pedro, que fora do grupo que inaugurara o presídio em 1936, por lá permanece, na enfermaria, até ao regresso em finais de 1945. Tinha, então, 27 anos. No entanto, entre ambos desenvolveu-se uma sólida amizade.

Em Lisboa, Cândido ajuda-o a arranjar trabalho de “correspondente de línguas” na Federação Portuguesa de Futebol. Aprendera Inglês, Francês e Alemão com outros presos e estudando, no Tarrafal. Também o admite como revisor de provas no jornal *A Bola*.

Edmundo abandona o PCP. Em relação a Cândido de Oliveira, diz

*Continua por estudar de forma aprofundada, em Cândido de Oliveira, a relação do futebol com a oposição ao Estado Novo*

que “foi, durante a última fase da sua vida, um *compagnon de route* do movimento comunista”, sem nunca ser filiado, porque “era um liberal e um homem livre” (Pedro, 2007, p. 518). A sua simpatia comunista, sem filiação partidária, é também confirmada por Homero Serpa (2000, p. 149).

O PCP, no entanto, alega não ser possível saber com certeza se Cândido de Oliveira chegou a ser militante do partido, em virtude de os membros da direção na altura já terem falecido. Confirma, no entanto, que ele era alguém próximo do seu ideário, “um seu amigo”, e “um antifascista consequente que sempre se posicionou ao lado do PCP”<sup>3</sup>.

Há testemunhos no jornal *Avante!*, então órgão oficial do PCP na clandestinidade, de que a atividade de Cândido de Oliveira era acompanhada proximamente. Em agosto de 1942, notícia, em primeira página, a sua prisão e tortura pela PVDE (*Avante!* 1.<sup>a</sup> quinzena de agosto de 1942, p. 1). Em outubro de 1943, volta a recordar

<sup>3</sup> Resposta de O Gabinete Técnico do Secretariado do Comité Central do PCP, a questão colocada no âmbito da elaboração deste artigo.

a sua deportação no Tarrafal, devido à sua simpatia pelos Aliados (Avante!, 1ª quinzena de outubro de 1943, p. 1). Em outubro de 1958, noticia a sua morte, em Estocolmo, e associa-se à homenagem do jornal *A Bola*, por se tratar de “um grande amigo” do Partido (Avante!, 2ª quinzena de outubro de 1958, p. 2).

Tal como Cândido de Oliveira, Edmundo Pedro também foi desterrado para o Tarrafal, sem qualquer processo condenatório, ao arrepio da legislação processual do Estado Novo. Eram práticas que a PVDE utilizava com frequência, com mais proficiência no período da guerra civil espanhola. A prisão preventiva podia prolongar-se, arbitrariamente, por longos anos. Quando regressa a Portugal, Edmundo Pedro é julgado e condenado a 22 meses de prisão correcional. A sua detenção preventiva durara 10 anos, nove deles no Tarrafal (2007, p. 533).

*Os arquivos do Ministério do Interior, do TME [Tribunal Militar Especial] e da polícia política contêm abundantes referências à extensão sistemática da prisão*

*preventiva, frequentemente durante vários meses ou, mesmo, anos. Acresce que muitas vezes esta era conjugada com a deportação, meio preferencial para afastar e silenciar os opositores que a PVDE considerava com maiores responsabilidades. (...) [P]arece constituir prática corrente da polícia política o envio destes para Angra – até 1936 a principal prisão política para situações que o critério policial reputava de maior periculosidade – e, depois, para o Tarrafal. (Ribeiro, 1995, p. 238)*

Cândido de Oliveira chega a Portugal a 31 de dezembro de 1943 (Pimentel, 2014, p. 200), (embora na biografia prisional da PVDE apareça 1 de janeiro de 1944), ao fim de 18 meses de cativo no Tarrafal. Após o regresso de Cabo Verde, sujeita-se a internamentos no Hospital Júlio de Matos e nas prisões de Caxias e Aljube. É “restituído à liberdade condicional”, a 27 de maio de 1944, sem julgamento, e sem culpa formada (Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, 1984, p.180).

José António Barreiros afirma que ao não levar a julgamento os portugueses envolvidos na espionagem britânica, o Estado Novo pretendeu evitar maiores danos às relações diplomáticas com a exposição pública que teria lugar. A esse propósito, revela a mensagem que Salazar remeteu, a 28 de maio de 1942, para o embaixador Armindo Monteiro: “As penas são todas impostas por via administrativa, para se evitar a publicidade e o escândalo do julgamento, impossível de conduzir sem aparecer a nu a organização tal qual era, isto é, com a chefia em órgãos oficiais ingleses (Barreiros, 2012, p. 170).

Os arquivos secretos britânicos, consultados por Rui Araújo, revelam que o SOE acompanhou sempre a situação prisional de Cândido de Oliveira, e que havia trocas regulares de mensagens. Há referências a instruções dadas à sua irmã sobre a espionagem, e a presença das missivas familiares nos arquivos britânicos indiciam uma conexão colaborativa. Também aparecem como colaboradores o guarda do Tarrafal, Gonzaga, e a empresa SOCAVE, com sede na Cidade da Praia. No entanto,

a rede de apoio e de comunicações seria mais consistente. Numa comunicação que faz a John Beevor, a 18 de junho de 1942, na iminência da sua deportação, pede para que sejam avisados os “amigos de Cabo Verde” e que o major dê “instruções ao cônsul inglês” para lhe prestarem “algum auxílio” (Araújo, 2010, p. 279).

### **Planos abortados de fuga do Tarrafal e regresso a Portugal**

Durante a detenção no Tarrafal registam-se movimentações com o envolvimento do SOE para a evasão de Cândido de Oliveira, em fevereiro de 1943, com recurso a um navio francês. No entanto, o seu irmão Lionel de Oliveira, comandante da Marinha Mercante, ao saber do intento oferece os seus serviços, propondo-se transportá-lo para Banjul (então Bathurst), Gâmbia. Depois, ambos seriam levados para o Brasil (Araújo, 2010, pp. 282-283). O plano acaba por se gorar, porque o irmão Lionel desiste de participar.

Entretanto, em Lisboa, a 12 de fevereiro desse ano, o representante do

SOE intercede junto do embaixador para que solicite a Salazar a libertação de Cândido de Oliveira por razões humanitárias. O embaixador declina, por entender que seria uma ingerência em assuntos internos e Salazar poderia responder que, nesse caso, teria também de libertar pessoas que trabalhassem para as forças do Eixo (Araújo, 2010, p. 283).

A desistência de Lionel de Oliveira em participar na evasão leva o SOE, a 13 de maio de 1943, a pensar num plano alternativo, atribuindo à operação “o nome de código ‘DISGORGE’ [restituição do roubado]. Passaria pelo envolvimento do guarda do presídio, Gonzaga, e iria permitir a fuga a outros detidos ‘republicanos’ que pertenceram à espionagem britânica. Contaria com o apoio de um navio da Royal Navy a ancorar na Baía do Tarrafal. Para preparar a evasão o SOE fizera deslocar a Cabo Verde um agente, John o Grego (John Manolitchakys). No entanto, a operação é anulada porque o plano de fuga já era do conhecimento de “muitos *outsiders*”. Novo plano fica adiado por uns meses (Araújo, 2010, p. 286 s), mas é cancelado, em agosto, para

não perturbar o acordo de facilidades que Inglaterra tinha celebrado com o Governo de Salazar. Em dezembro, a representação diplomática britânica em Portugal anuncia ao *Foreign Office* a libertação iminente de Cândido de Oliveira (Araújo, 2010, pp. 286-288).

A 13 de dezembro de 1943, Cândido de Oliveira e mais quatro deportados pertencentes à rede de espionagem britânica embarcam. Para tomarem um navio mais cedo do que o disponibilizado pelos serviços prisionais, são dois diretores da empresa SOCAVE a adiantar 1.600 escudos para a passagem de cada um (Araújo, 2010, p. 289).

Cândido de Oliveira era remunerado pelos serviços de espionagem britânicos. Essa referência aparece em muitas das comunicações trocadas e consta dos documentos secretos consultados por Rui Araújo. Nas mensagens, a expressão ‘auxílio’ normalmente reportava-se a contribuições financeiras, pedidas para si próprio, família, ou membros da rede de espionagem.

A 5 de fevereiro de 1942, uma informação interna do SOE revela que

o agente “4960” [Cândido de Oliveira] auferia uma ‘subvenção’, embora não fosse considerado “directamente ‘empregado’” dos serviços secretos britânicos (Araújo, 2010, p. 231).

Cândido de Oliveira era também um dos colaboradores da revista de propaganda dos serviços britânicos *Mundo Gráfico*, a par de Vitorino Nemésio, Carlos Ferrão, Guedes de Amorim e Diogo de Macedo, entre outros. A publicação quinzenal aparece a 15 de outubro de 1940, dura até 1948, era dirigida por Artur Portela e chegou a ter tiragens de perto de 20.000 exemplares (Barros, 1993, p. 207). A partir de 1942 passa também a ser financiada pelos EUA e a incluir artigos americanos (Telo, 1990, p. 64).

As dívidas deixadas pela revista *Stadium*, dirigida por Cândido, são pagas pelos serviços secretos, o que para Rui Araújo (2010, p. 278) é “a prova de que [a *Stadium*] era um instrumento controlado pelo SOE”. O assunto também é abordado na mensagem que Cândido envia ainda de Caxias, em junho de 1942, tal como o agradecimento pelo ‘auxílio’ à família (Araújo, 2010, pp. 275-279).

Numa mensagem enviada para ‘Carlos’ (John Beevor), em fevereiro de 1944, da prisão de Caxias, manifesta disponibilidade para recomeçar a atividade de espionagem para os ingleses, em Portugal, ou no exterior, e pede uma resposta rápida. Precisava de orientar a sua vida, fora demitido de inspetor dos CTT, tinha dívidas e necessitava de arranjar um emprego. Aproveita para se queixar de que nunca recebera os prometidos três contos por mês no Tarrafal (Araújo, 2010, pp. 293-240).

*O SOE dá a Cândido de Oliveira, em julho de 1942, 76.000 escudos para pagar as dívidas da revista Stadium. Durante o período em que está preso, a sua família auferiu o ‘vencimento’ do Serviço britânico (5.000 escudos e, posteriormente, 2.800 escudos mensais). Em 1944 e no ano seguinte, o SOE paga-lhe uma indemnização de 150.000 escudos.* (Araújo, 2010, p. 294)

Uma das formas de castigar aqueles que recusavam colaborar era demiti-los das funções. A “depuração do

funcionalismo público foi uma prática constante, mas adquiriu uma dimensão mais forte nos períodos de maior tensão do regime”. Discricionária, normalmente decidida pelo Conselho de Ministros, poderia ter como consequência a própria deportação (Farinha, 2007, p. 176).

No longo relatório enviado quando morava com o irmão na Figueira da Foz, após a libertação, descreve todo o processo de prisão, a sua atitude de encobrimento da rede de espionagem e do próprio John Beevor, sem claudicar perante as torturas da PVDE e a promessa de ser libertado se colaborasse (Araújo, 2010, pp. 294-302). Coloca em relevo o sofrimento na Colónia Penal do Tarrafal e os prejuízos financeiros que a detenção lhe causou. Ao mesmo tempo que reafirma ter entrado na organização “livremente e sem ignorar os riscos possíveis a correr a qualquer momento”, recorda as promessas de ‘auxílio’, a si próprio e à família. Oferece-se ainda para retomar a atividade ao serviço dos ingleses e, se “não for possível ou necessária”, em Portugal, diz-se disponível a ir para onde “possa ser

julgada possível ou conveniente”, em África, nas Américas ou na Europa.

*Se a pergunta, porém, visa não a possibilidade da minha utilização em qualquer actividade mais ou menos secreta, mas apenas o assunto na forma de eu ser auxiliado, por ter perdido o meu lugar nos CTT, muito agradeceria então a possibilidade da minha ida para qualquer parte e de preferência para o Brasil, que já conheço, e ali ser colocado em quaisquer serviços ingleses, oficiais ou particulares, onde poderia exercer a minha atividade. A minha permanência em Portugal, a não ser isso necessário à Organização, não me é neste momento agradável.* (Araújo, 2010, p. 302)

O SOE chega a contactar um ex-responsável dos serviços britânicos no Rio de Janeiro para lhe arranjar emprego, mas, em janeiro de 1945, Cândido de Oliveira adia a partida alegando problemas de saúde. Em finais de março desse ano, recusa sair de Portugal. A 18 de setembro, o Governo britânico concede-lhe a

condecoração nº H/902 (Honours & Awards), que não é divulgada por questões políticas (Araújo, 2010, p. 302).

A 29 de janeiro de 1945 funda, com Ribeiro dos Reis e Vicente de Melo, o jornal *A Bola*, jornal criado à sua imagem, como corolário da “sua paixão pelo desporto e a vocação cronística descoberta em jornais anteriores” (Cotrim, 2011, p. 380). Nesse ano, deixa o cargo de selecionador nacional de futebol, que reassumira após regressar do Tarrafal. Retoma-o em 1952 para orientar a Seleção Nacional em três jogos.

*[P]asme-se(!), Cândido de Oliveira, que era selecionador nacional quando foi preso (o último jogo que dirigira fora a 1 de Janeiro de 1942 – vitória por 3-0 frente à Suíça) reocupou o cargo após a sua libertação, voltando ao trabalho para comandar a equipa nacional a 11 de Março de 1945 (Portugal 2 – Espanha 2). Entre estes dois encontros a Seleção não realizara qualquer partida, pelo que Cândido nunca deixou de ser selecionador. Parecia que*

*nada, mesmo nada, tinha acontecido...* (Coelho & Pinheiro, 2002, p. 320)

Os dois autores admitem que Cândido de Oliveira poderá ter beneficiado do facto de a II Guerra Mundial revelar uma inversão de sentido a favor dos Aliados, e Salazar estar já a preparar uma estratégia de cosmética do regime. Contudo, se esse foi um ato de tolerância, não teve correspondência n.º *A Bola*, dado que Cândido de Oliveira, tal como Ribeiro dos Reis, foi interdito do exercício de funções diretivas no jornal que fundara (Serpa, 2000, p. 19). Inclusive, por transgredir as malhas da Censura, por várias vezes o jornal esteve na iminência de encerrar, valendo as influências do diretor Vicente de Melo, médico próximo do regime (Cotrim, 2011, p. 381).

O regresso de Cândido de Oliveira ao comando da seleção nacional de futebol não deverá dissociar-se de um conjunto de fatores, entre eles a sua notoriedade pública, a proteção que beneficiava por parte dos britânicos e o facto de, na sua ausência no Tarrafal, o cargo de selecionador não ter

sido ocupado, porque o desenrolar da guerra suspendera jogos entre países.

Para Salazar, presume-se, Cândido de Oliveira, na altura, não constituiria um caso a resolver, perante as fortes pressões económicas e diplomáticas a que estava sujeito por parte do Reino Unido e dos EUA, em torno da suspensão da produção e exportação de volfrâmio, e perante as quais o Governo português acaba por claudicar, assinando um novo acordo comercial em janeiro de 1945. Durante um impasse de meses, os dois aliados “chegaram a aceitar a necessidade de apoiar o derrube do Estado Novo, ou, pelo menos, de António de Oliveira Salazar” (Nunes, 1999, p. 799). A Aliança Luso-Britânica acabava por ser um dos pilares do garante da soberania, constituindo para Salazar um “drama de consciência”, o de “ser antibritânico por vocação e pró-britânico por realismo” (Rosas, 1995a, p. 25).

Entre 1941 e 1946 o regime de Salazar vê-se também confrontado com um grande descontentamento pela grave situação económica e social, devido às péssimas condições da população, com o custo de vida e

as carências alimentares derivadas do atraso do país e dos efeitos da Guerra. De Norte a Sul, nos meios urbanos e rurais, eclodem greves, tumultos, sabotagens, que ameaçam a própria sobrevivência do Estado Novo (Rosas, 1995b, p. 337-339).

Nos anos seguintes, Cândido de Oliveira dirige como treinador de futebol o Sporting Clube de Portugal (1946-49), o Clube de Regatas do Flamengo, Brasil (1950), o Futebol Clube do Porto (1953-54) e a Associação Académica de Coimbra (1955-58).

Postumamente, em 1974, é publicado o livro *Tarrafal: Pântano da Morte*, em que narra a vida dos presos políticos, a partir da sua observação. Na “Nota Prévia” dessa publicação (Oliveira, 1974.), José Magalhães Godinho revela que Cândido de Oliveira continuou a luta antifascista na clandestinidade. Lembra que foi ele que montou nos CTT um serviço de comunicações, “com um núcleo de indivíduos seguros e dedicados daquela corporação”, para dar apoio a uma ação revolucionária contra o Estado Novo, que eclodiu em 10 de outubro de 1946, sob o comando do Tenente

Queiroga, designada de ‘movimento da Mealhada’.

*[E]le passou toda a noite a dar-me, através dos postos que tinha montado de norte a sul do País, a indicação do momento exacto em que a revolta eclodia no Porto, e a marcha que a coluna ia tomando até se render próximo de Coimbra, desalentada por ninguém a ter secundado, apesar de haver largas forças militares implicadas. (Godinho, 1974, p. 9)*

José Magalhães Godinho acrescenta que a si competia levar essas informações, recolhidas por Cândido de Oliveira, ao ‘Comité’ revolucionário, comandado pelo Brigadeiro Manuel dos Santos, e que incluía, entre os seus membros, João Soares (Godinho, 1974, p. 9).

A 23 de junho de 1958, Cândido Oliveira morre em Estocolmo, no Hospital de Serafim (*Serafimerlasarettet*), de pneumonia, quando acompanhava para o jornal *A Bola* o VI Campeonato do Mundo de Futebol.

Homero Serpa (2000, p. 24 s) admite que poderá ter contribuído

para a morte um incidente que teve em Paris, durante a viagem: Cândido de Oliveira era adepto de grandes e vistosos automóveis americanos. Viajando de *Chevrolet*, nos Campos Elísios, foi travado por uma manifestação de trabalhadores.

“Cândido conduzia um carro americano, grande, majestático, no qual a multidão ensandecida terá visto um alvo, obviamente apeteçido”. Arremessaram-lhe um tijolo, partiram-lhe vidros e feriram-no na mão direita. Teve de fazer o resto da viagem de avião, levando apenas uma parte da bagagem. A sua saúde nessa altura apresentava já debilidades. A ilação de que a saúde de Cândido Oliveira poderá ter-se degradado após o incidente de Paris, a corresponder ao que aconteceu, não deixa de constituir uma trágica ironia do destino, para com alguém que empenhou a sua vida no combate pelas liberdades cívicas e políticas.

### **Considerações finais**

Nesta análise à vertente cívica e política de Cândido de Oliveira é visível uma desmultiplicação da pessoa

em vários ‘eus’ sociais. O tempo em que viveu exigia uma dissimulação de dimensões da personalidade. De forma mais difusa, ou com recortes mais desenhados, vislumbra-se na construção discursiva da imagem de Cândido de Oliveira, nas páginas precedentes, as facetas do homem de futebol, do funcionário dos CTT, do antifascista na clandestinidade, do jornalista, do preso político, do mediador entre infortunados e representantes da Ditadura, do empresário solidário, do familiar dedicado.

A dimensão do familiar dedicado, integrante da família social dos casapianos, importaria aprofundar em trabalho futuro, para densificar as notas biográficas que aqui se apresentam. A Casa Pia, tal como outras organizações sociais no Estado Novo, era um espaço de convívio dos opostos: os defensores do Salazarismo e os conspiradores antifascistas. Tão marcante na vida de Cândido de Oliveira, a instituição não escapou a esse ‘determinismo’. A bibliografia monográfica do futebol português revela uma grande proximidade, numa espécie de ‘mentor’, de Cândido de Oliveira para com o casapiano

António Roquete, considerado o “melhor guarda-redes português dos anos 1920”, e que viria a ser inspetor da polícia política (Pinheiro, 2012, p. 63). Esse apadrinhamento a Roquete é notório, ao jovem que quer singrar no futebol e afirmar-se na primeira equipa do Casa Pia e, depois, na equipa nacional, quando Cândido é selecionador. Na altura da detenção de Cândido surgem rumores entre os antifascistas de que Roquete está envolvido e é um dos torturadores, embora isso fosse desmentido pelo agente (Serra, 2017, p. 313).

A partir dos documentos da espionagem inglesa, de relatórios e de missivas de Cândido de Oliveira, indiciam-se ‘facilidades’ no tráfego de mensagens, do interior da prisão para o mensageiro e o destinatário e do exterior para o preso. Neste processo, várias questões se poderão levantar, e que importaria aprofundar em investigação futura. Continuará a PVDE a ser tão amadora, quanto refere Maria da Conceição Ribeiro (1995, p. 79)? Haveria agentes policiais nas cadeias da PVDE que arriscavam colaborar com a oposição? Ou seriam facilmente subornáveis, e não temiam

as consequências? Haverá “mão” do Partido Comunista e dos próprios serviços secretos britânicos? Há indícios de que a PVDE não fez um trabalho investigativo eficaz ao dismantelar a ‘Rede Shell’, mesmo detendo meio milhar de pessoas, como indicam relatórios da espionagem inglesa. Cândido conseguiu ativar os seus contactos para montar uma rede de comunicações ao serviço da oposição no ‘movimento da Mealhada’, anos depois.

António José Telo assevera a apreciação de Maria da Conceição Ribeiro, ao afirmar que a PVDE “conhecia mal a mera estrutura básica dos serviços de informação estrangeiros e só tinha uma pálida e, em regra, muito romântica imagem do que era a sua verdadeira actividade” (1990, p. 170). Acrescenta que a PVDE “não é propriamente um ator, mas antes um palco da guerra secreta” (1990, p. 170) que se desenvolvia entre as partes beligerantes, dado o nível de infiltração na sua estrutura, e que no final da guerra a polícia política do Estado Novo “já mantém uma atitude de aberta colaboração com os aliados” (1990, p. 175).

Continua por estudar de forma aprofundada, em Cândido de Oliveira, a relação do futebol com a oposição ao Estado Novo. É conhecida, através das peças jornalísticas, a sua luta destemida em prol de outras políticas, que ajudassem a desenvolver o futebol. Mas, até que ponto o teor desses escritos extravasa a política desportiva e os transforma em manifestos para a superação de um regime? Seria igualmente importante analisar os discursos que utilizou nos artigos jornalísticos que publicou, procurar perceber em que medida está presente o seu pensamento político e se eram também um meio de transmitir mensagens para a rede de espionagem britânica, como chegou a ser ventilado nos depoimentos à PVDE relativamente à *Stadium*.

A sua ação política nos clubes de futebol por onde passou permanece igualmente numa zona de sombra no que ao estudo diz respeito. É conhecida a recusa de três jogadores seus do Belenenses em fazer a saudação fascista no início do jogo da Seleção Nacional, que também treinava, contra a Espanha. Há rumores da

intervenção de Cândido nesse protesto dos pupilos, no ano de 1938. Apenas a sua revista *Stadium* ousa publicar a foto do momento da ação dissonante dos atletas (um de braço caído e dois de punhos estendidos), embora manipulada pela Censura (Serpa, 2000, pp. 78-82).

Transferido temporariamente para Santarém, ao serviço dos CTT, Cândido orienta treinos da Académica local. Um antigo pupilo desse tempo, José da Silva Louro, em depoimento ao biógrafo Homero Serpa (2000, pp. 197-198), recorda que Cândido era alguém que “falava de tudo, do futebol e da política...”, e que foi ele a aconselhá-lo na leitura da obra, proibida pela censura, *O Capital*, de Karl Marx.

Documentos dos serviços secretos britânicos revelaram também a existência de uma rede de informações criada por Cândido de Oliveira em clubes.

Em 1955, Cândido de Oliveira aceita transferir-se para Coimbra para treinar a modesta equipa da Académica, onde permaneceria até ao falecimento. Seria apenas para treinar estudantes, ou para



algo mais? Alberto Vilaça<sup>4</sup> relata que nos anos 40 a estrutura de Coimbra do PCP foi reorganizada, e que até contou com a deslocação do secretário-geral Álvaro Cunhal (1997, p. 205-209). As agitações académicas dessa altura, e a própria ascensão de Salgado Zenha a presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC), em 1945, contaram com a intervenção dos sectores intelectuais e estudantis do PCP (1997, pp. 272-273).

Quando Cândido de Oliveira chega a Coimbra, os meandros estudantis estavam já em efervescência contra a política do Estado Novo. A criação do Dia do Estudante, em 1951, por inspiração na Federação Mundial da Juventude Democrática (Ferreira, 2012), passa a ser um momento para as academias mostrarem publicamente o seu potencial de realização. A comemoração ganha redobrada importância após a publicação, em 1956, do Decreto-Lei n.º 40.900, que limita a atividade das associações estudantis. É a

proibição do Dia do Estudante pelo Estado Novo que desencadeia a Crise Académica de 1962.

Em Coimbra, Cândido de Oliveira, não apenas treina, como se envolve em tertúlias no Café Arcádia, na baixa da cidade. À sua mesa juntavam-se antifascistas como o professor universitário Paulo Quintela, o escritor Miguel Torga, o diplomata José Fernandes Fafe e o poeta Manuel Alegre, mas também o antigo ministro Veiga Simão, do Estado Novo e do pós 25 de Abril, conta o advogado comunista Alberto Vilaça (2005, p. 200).

O antigo professor universitário Afonso Queiró, conotado com o Estado Novo, revela ainda uma faceta *sui generis* da personalidade de Cândido de Oliveira: a de prestar a sua colaboração à Académica “a título gracioso e de, inclusive, ajudar do seu bolso a resolver problemas de financiamento do clube” (1995, p. 116).

Porque Salazar deixou que Cândido de Oliveira reocupasse o cargo de selecionador nacional depois de regressar do Tarrafal, que o deixasse em 1945 e o retomassem em 1952?

Para não enfrentar a opinião pública, por pressão britânica, ou por ‘clemência’? E porque clubes como o Sporting e o Futebol Clube do Porto, dirigidos por apoiantes do Estado Novo, não o ostracizaram? Embora estando ideologicamente próximo do Partido Comunista, descortina-se que conseguia suscitar simpatia e admiração de pessoas influentes do Estado Novo, como os já citados Vicente de Moura, Veiga Simão ou Afonso Queiró.

As várias atividades de técnico de futebol e de jornalista proporcionaram a Cândido frequentes e, nalguns casos, prolongadas deslocações ao estrangeiro. Seriam essas viagens aproveitadas para estabelecer contacto com antifascistas exilados e com grupos apoiantes da luta clandestina em Portugal?

Estudar outros aspetos da vida privada e social de Cândido de Oliveira, para além daquilo que regista a bibliografia sobre o futebol e do período do Estado Novo, permitiria aprofundar o conhecimento da personalidade desta figura histórica, e revelar outras cambiantes das oposições à ditadura portuguesa.

<sup>4</sup> O seu estudo deixa de fora o período de Cândido de Oliveira em Coimbra, por só abranger 1921-1946.

### Referências bibliográficas

- Araújo, R. (2010). *O império dos espões*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Avante! (1ª quinzena agosto de 1942). Contra a nova vaga de terror do salazarismo! Assassinatos, prisões em massa e deportações para fazer calar o povo! *Avante!*, VI Série(14), p. 1. Consultado a 30 de abril de 2021, em <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6014.pdf>
- Avante! (1ª quinzena de outubro de 1943). Salazar quer sobreviver à derrota de Hitler. *Avante!*, p. 1. Consultado a 30 de abril de 2021, em <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6041.pdf>
- Avante! (2ª quinzena de outubro de 1958). Candido de Oliveira. *Avante!*, VI Série(265), p. 2. Consultado a 30 de abril de 2021, em <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6265.pdf>
- Barreiros, J. A. (2012). *Traição a Salazar*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Barros, J. L. (1991). O caso Shell: a rede de espionagem anglo-portuguesa (1940-1942). *História, Ano XIV*(147), 54-83.
- Barros, J. L. (1993). *O fenómeno de opinião em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Consultado a 30 de abril de 2021, em <http://hdl.handle.net/10362/116176>
- Barros, V. (2009). *Campos de concentração em Cabo Verde*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Coelho, J. N. & Pinheiro, F. (2002). *A Paixão do povo. História do futebol em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cotrim, J. P. (2011). Imagens da Europa no jornal A Bola: entre o isolamento do Estado Novo e a abertura. *Revista de História da Sociedade e da Cultura, 11*, 377-397. [http://dx.doi.org/10.14195/1645-2259\\_11\\_15](http://dx.doi.org/10.14195/1645-2259_11_15)
- Farinha, L. (2007). Campos de Concentração. In J. Madeira, I. F. Pimentel & L. Farinha (Eds.), *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política* (pp. 229-250). Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Farinha, L. (2007). Os saneamentos na função pública. In J. Madeira, I. F. Pimentel, & L. Farinha, *Vítimas de Salazar - Estado Novo e violência política* (pp. 175-228). Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Ferreira, J. M. (2012). O movimento estudantil como motor da democratização da Universidade e da liberdade em Portugal. *Ler História [Online]*, 62. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.617>
- Godinho, J. M. (1974). Nota Prévía. In C. Oliveira, *Tarrafal - O pântano da morte* (pp. 7-10). Lisboa: Editorial República.
- Nunes, J. P. (1999). Portugal, Espanha, o volfrâmio e os beligerantes durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Revista Portuguesa de História, 2*(33), 789-823. [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_33-2\\_14](https://doi.org/10.14195/0870-4147_33-2_14)
- Nunes, J. P. (2010). *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Oliveira, C. (1974). *Tarrafal - O pântano da morte*. Lisboa: Editorial República.
- Oliveira, G. (1987). *Memória viva do Tarrafal*. Lisboa: Edições Avante!
- Pedro, E. (2007). *Memórias: um combate pela liberdade* (Vol. I). Lisboa: Âncora Editora.
- Pimentel, I. F. (2014). *Espões em Portugal durante a II Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

- Pinheiro, F. (2012). Futebol e política na Ditadura: factos e mitos. In N. C. Tiesler & N. Domingos, *Futebol Português - Política, género e movimento* (pp. 47-82). Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, A. G. (1939-1947). Cronologia de acontecimentos decorridos na Colónia Penal do Tarrafal. *Pasta: 09612.023*. Consultado a 6 de janeiro de 2021, em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09612.023>
- Pinto, A. G. (1942-1943). Sem Título. *Pasta: 10439.029.002*. Consultado a 6 de janeiro de 2021, em <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10439.029.002>
- Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista (1984). *Presos Políticos no Regime Fascista III: 1940-1945*. Mem Martins, Presidência do Conselho de Ministros.
- Queiró, A. (1995). A Académica, Cândido de Oliveira e eu. *Académica* (pp. 115-117). Porto: Edições Asa.
- Ribeiro, M. d. (1995). *A política política no Estado Novo: 1926-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rodrigues, C. (2014). Nacionalismo desportivo pós Primeira Grande Guerra: sucesso em ano de Jogos Olímpicos (1928). *Revista Portuguesa de História Revista Portuguesa de História*(XLV), 183-204. [http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147\\_45\\_8](http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_45_8)
- Rosas, F. (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*. In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal* (Vol. VII) (pp. 582). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, F. (1995a). Estado Novo, império e ideologia imperial. *Revista de História das Ideias*, 17, 19-32.
- Rosas, F. (1995b). *Portugal entre a paz e a guerra: 1939 - 1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Serpa, H. (2000). *Cândido de Oliveira: Uma biografia*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Serra, P. M. (2017). *António Fernandes Roquete (1906-1995): Um "ídolo" do desporto nas polícias políticas do Estado Novo*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Consultado a 30 de abril de 2021, em <http://hdl.handle.net/10362/60394>
- Serrado, R., & Serra, P. (2015). *História do futebol português - Uma análise social e cultural* (Vol. I - Origens, institucionalização e profissionalização). Lisboa: Prime Books.
- Sousa, F. d. (1978). *Tarrafal - testemunhos*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Sousa, M. L. (2019). *O Diabo foi meu padeiro*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Telo, A. J. (1990). *Propaganda e guerra secreta em Portugal (1939-45)*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Torgal, L. R. (2009). *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural* (Vol. II). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vários. (2016). *Dossier Tarrafal*. Lisboa: Edições Avante!
- Vilaça, A. (1997). *Para a história remota do PCP em Coimbra: 1921-1946*. Lisboa: Edições Avante!
- Vilaça, A. (2005). *À Mesa da Brasileira: cultura, política e bom humor*. Coimbra: Calendário de Letras.



*Joaquim Dâmaso*

*Final da Taça da Liga 2015 - Benfica-Rio Ave*